

## Após a crise de energia, vem aí O APAGÃO CAMBIAL

A expressão usada recentemente em uma palestra pela professora Maria da Conceição Tavares define com exatidão o caráter das turbulências que a economia do país vem passando na área cambial. Nem a queima de reservas promovida pelo Banco Central tem segurado a alta do dólar. O economista Antonio Luis Licha, do Instituto de Economia da UFRJ, revela, nesta edição, as origens das pressões sobre a cotação da moeda norte-americana e mostra que a alternativa capaz de conter a sua demanda seria o BC atuar no mercado futuro, rompendo as expectativas de alta. Porém, o acordo com o FMI impede este tipo de ação, considerado pelos burocratas do Fundo como indutor de 'distorções'.

Pág. 3

## 'A economia subordinada à sociedade'

A afirmação é do economista Ricardo Carneiro, professor da Unicamp e um dos formuladores do documento "Um outro Brasil é possível", lançado pelo Instituto da Cidadania, Organização Não Governamental de São Paulo, que tem na presidência Luiz Inácio Lula da Silva, candidato provável do PT à presidência da República, em 2002.

Carneiro em entrevista ao *JE* disse que "o Brasil será vítima, nos próximos meses, de um ataque especulativo em razão do *default* argentino e da fragilidade de nossas contas externas". Segundo ele, só depois disso será possível definir uma política cambial.

Págs. 8, 9 e 10

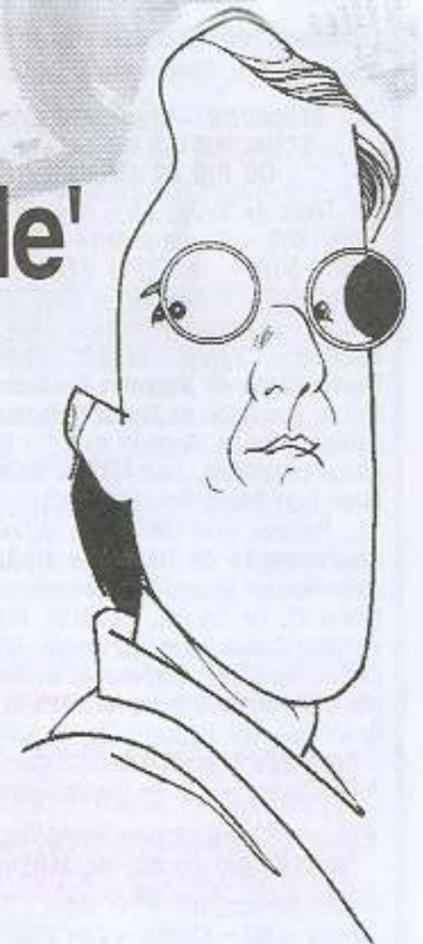


## Sabóia e o impacto da crise no trabalho

Pág. 5

## Fiori pensa o futuro: mudança terá que ser radical

Pág. 7



## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

ISSN 1519-7387 • Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves. • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 - e-mail: coreconinst@alternex.com.br - home page: http://www.economistas.com.br • Editor: Nilo Sérgio Gornes • Caricaturista: Cássio Loredano • Design gráfico e Editoração eletrônica: Kátia Regina Fonseca - Tel. (21) 2508-7367 • Fotolito e impressão: Tipológica • Tiragem: 12.500 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - CEP 20054-900 - Telefax (21) 2232-8178 - E-mail: coreconinst@alternex.com.br - Home page: http://www.economistas.com.br - Presidente: Ronaldo Raemy Rangel - Vice-presidente: Sidney Pascoutto da Rocha - Conselheiros Efetivos: Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto - Conselheiros Suplentes: Enilce Leite Melo, José Antonio Lutterbach, Júlio Diniz, Luiz Mário Behnken, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 - Grupos 1607/1608/1609 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-000 - Tel. (21) 2262-2535 - Telefax (21) 2533-7891 e 2533-2192 - E-mail: sindecon@sindecon.org.br - Diretor: Paulo Sérgio Souto - Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha, Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr., Renato Luiz Mello de Oliveira - Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Sandra Maria C. de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos - Coordenação de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, Benni Faerman, Eduardo Carnos Scaletsky - Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas, Jorge de Oliveira Camargo.

## IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 16º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20054-900 - Tel. (21) 2509-1077 - Telefax 2232-8178 - E-mail: ierj@alternex.com.br - Presidente: Cláudio Leopoldo Salm - Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo - Diretor de Finanças: Eriksom Teixeira Lima - Diretoria Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibieli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

## Um novo projeto para o Brasil

A progressiva deterioração das nossas contas externas e o agravamento da situação econômico-financeira da Argentina recolocam na ordem do dia a exigência de redefinição de um novo projeto econômico para o Brasil.

Na ótica do governo federal, com sua margem de manobra política comprometida pelos sucessivos escândalos de corrupção, tráfico de influência e incapacidade de planejar a ação estatal, são conhecidas as alternativas de como enfrentar a nova rodada da crise anunciada: elevação das taxas de juros interna, corte nos gastos públicos de custeio e investimento e, pasmem, novos empréstimos junto ao FMI.

São soluções que, temos consciência, não são capazes de recolocar o país em uma rota de crescimento com geração de empregos, distribuição de renda e elimi-

nação do quadro de miséria e pobreza que atinge a metade da população brasileira, bandeiras publicamente assumidas pelas entidades de representação dos economistas no Rio de Janeiro.

Procurando manter o nosso compromisso em refletir, tirar conclusões e propor alternativas para os impasses econômicos e sociais em que vivemos, esta edição do *Jornal dos Economistas* traz artigos que procuram jogar algumas luzes de compreensão sobre esta complexa e problemática realidade brasileira.

Os impasses do balanço de pagamentos e seus reflexos sobre o comportamento do mercado de câmbio é abordado por Antônio Licha; João Sabóia aponta alguns cenários possíveis para o mercado do trabalho do Brasil, em função da crise energética; e a discussão sobre a ALCA ganha

continuidade com o artigo de Fátima Mello.

Nas páginas centrais, a entrevista deste mês é com Ricardo Carneiro, um dos autores do projeto "Um Outro Brasil é Possível", de responsabilidade do Instituto da Cidadania e documento-base para as discussões preliminares da possível candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República.

Por fim, chamamos a atenção de nossos leitores para a programação comemorativa do cinquentenário da regulamentação da profissão do economista. Em particular, os eventos programados para o Dia do Economista, 13 de agosto, onde, além de uma sessão solene do plenário do Conselho Regional de Economia, estaremos promovendo um debate sobre os projetos econômicos alternativos para o Brasil.

Parece-nos mais urgente do que nunca.

## Tribunal das Privatizações

## "Do desmonte do Estado aos apagões"

A partir do dia 3 de agosto, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Senge) tem início o ciclo de palestras sobre o programa de privatização levado a cabo desde o governo de José Sarney e, sobretudo, no de FHC.

O Estado brasileiro foi desmontado e os prejuízos à Nação e à sociedade são imensos. Estão af as crises de energia, do câmbio, do emprego, de extensos segmentos da economia e a própria crise moral e institucional do governo de FHC, que vem se sustentando aos trancos e barrancos, atolado em inúmeras comprovações de corrupção e usurpação do bem público nacional.

O ciclo de palestras culmina no dia 3 de setembro, com a realização do Tribunal Ético das Privatizações, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, na Alerj.

A programação na íntegra é a seguinte:

03 de agosto - Sessão solene de instalação do Tribunal, na Alerj, com os parlamentares Saturnino Braga, Jamil Haddad, Chico Alencar, Paulo Ramos, Edmilson Valentim, Arthur Messias, Jandira Feghali, Milton Temer e Vivaldo Barbosa.

14 de agosto - Privatizações: formulação e resultados - debate no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Senge), com participação dos economistas Reinal-

do Gonçalves (UFRJ), Marcos Arruda (Pacs), Ademir Figueiredo (Dieese) e o jornalista José Carlos de Assis.

21 de agosto - Privatizações: perspectivas e alternativas - no auditório do Senge, com o professor Luis Pinguelli Rosa, vice-diretor da COPPE, o engenheiro Fernando Siqueira, presidente da Aepet, e os economistas Paulo Passarinho, do Corecon-RJ, e Adhemar Mineiro, do Dieese.

03 de setembro - Tribunal Ético das Privatizações - no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, na Alerj, com a participação de D. Waldyr Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda, César Benjamin, editor, e mais o júri popular.

## A instabilidade do câmbio no Brasil

# Onde está a fonte do atual desequilíbrio?

Antonio Luis Licha\*

As pressões sobre o câmbio vêm principalmente das expectativas de alta. Só que pelo acordo com o FMI o Banco Central é proibido de intervir no mercado futuro para não provocar 'distorções'

A taxa de câmbio começou a crescer no último trimestre do ano passado. Depois de uma trégua entre novembro e janeiro deste ano, as expectativas de desvalorização se aceleraram a partir da segunda semana de fevereiro, criando pressões sobre o mercado de câmbio que produziram a alta do dólar e a manutenção desta tendência. Analisemos como esse processo foi gerado, começando pela situação do balanço de pagamentos em março deste ano.

Segundo estimativas realizadas pelo Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia (IE) da UFRJ (e apresentadas na tabela ao lado) as necessidades de financiamento externo para 2001, entendidas como o volume de recursos externos requeridos para cobrir o déficit em conta corrente e as amortizações da dívida externa registrada, sem contar a rolagem da dívida de curto prazo não registrada (constituída principalmente por linhas de crédito comercial), deveriam somar cerca de US\$ 66 bilhões ou US\$ 5,5 bilhões, em média, por mês.

Esta necessidade de divisas deveria ser suprida pelo ingresso de investimentos diretos estrangeiros, investimentos em carteira e empréstimos bancários. Ainda que, em março, se esperasse um ingresso líquido de investimento direto de US\$ 24 bilhões, US\$ 42 bilhões deveriam ser financiados com investimentos em carteira e outros investimentos.

| ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE RECURSOS EXTERNOS EM 2001<br>(em US\$ bilhões) |             |              |
|---|-------------|--------------|
| Item  | Total Anual | Média Mensal |
| Déficit em Transações Correntes   | 26,7        | 2,2          |
| Amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazos                              | 30,3        | 2,5          |
| Amortizações da Dívida Registrada de Curto Prazo <sup>1</sup>               | 9,2         | 0,8          |
| <b>Total</b>  | <b>66,2</b> | <b>5,5</b>   |

<sup>1</sup> Relativas a financiamento rural (res. 2483), financiamentos de importação de menos de 360 dias, empréstimos para repasses a empresas exportadoras, bridge loans e outras operações registradas com prazo inferior a 360 dias.

Fonte: Boletim de Conjuntura, IE/UFRJ, março de 2001.

### EFEITO DE MANADA

As necessidades de financiamento externo expressam a vulnerabilidade externa brasileira, já que choques macroeconômicos que aumentam a aversão ao risco retraem os fluxos de capitais, provocando uma escassez de câmbio que eleva as cotações da moeda norte-americana. Por isso, os choques internos e externos acontecidos afetaram as

O gráfico abaixo mostra a trajetória dessas expectativas.

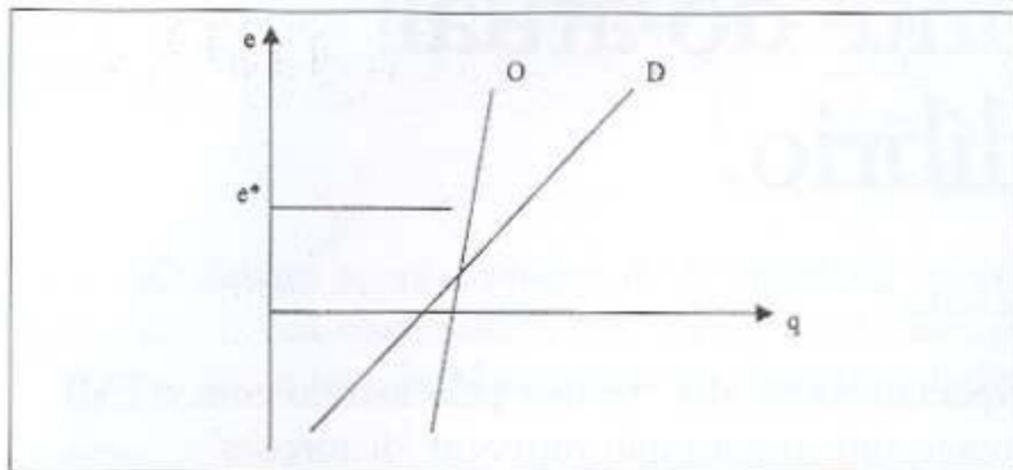
O crescimento da taxa de desvalorização esperada mudou as funções de oferta e de demanda de dólar. A oferta tornou-se inelástica, pois o aumento do câmbio não provocou um aumento dos empréstimos externos (dada a expectativa de desvalorização) e os bancos continuaram com suas posições em dólar.

Pelo lado da demanda, se desenvolveu um fenômeno de manada: ainda que os agentes acreditassem que a taxa de câmbio correspondente aos fundamentos da economia fosse menor que a vigente no mercado eles não venderam dólar mas continuaram a comprar já que a maioria estava demandando e pressionando a cotação. Assim, o aumento da taxa de câmbio foi acompanhado por uma elevação da quantidade demandada de dólar, tornando a curva de demanda positivamente inclinada.

expectativas da taxa de desvalorização, que passaram de 8,21% em fevereiro para 13,66% em junho de 2001, segundo cálculos do Boletim de Conjuntura do IE/UFRJ.



A situação do mercado de câmbio pode ser descrita pelo seguinte gráfico, onde 'e' é a taxa de



câmbio, 'e\*' é a taxa de câmbio que equilibra o balanço de pagamentos e a quantidade de dólar:

Nessas circunstâncias, o mercado de câmbio é instável: se a taxa de câmbio é maior que e\*, o excesso de demanda pressiona a taxa

de câmbio que, por sua vez, eleva o excesso de demanda. Logo, o aumento de preço não racionaliza

a demanda e o desequilíbrio é crescente, obrigando ao Banco Central a colocar quantidades crescentes de dólar (ou títulos com correção cambial), se quiser estabilizar o mercado e evitar a pressão cambial.

Mas, a fonte de todo o desequilíbrio são as expectativas de desvalorização que se realimentam no mercado através de um processo de profecias auto-realizáveis e são sobre elas que o Banco Central deveria atuar. Se ele convencesse o mercado de que o preço do dólar vai cair, a mudança de expectativas alteraria a inclinação da curva de demanda (voltando a ser negativamente inclinada) e tornaria mais elástica a curva de oferta. Com isso o mercado passaria a ser melhor comportado e seria desarmado o mecanismo de realimentação que o instabiliza.

Um instrumento de política para alcançar esse objetivo seria a intervenção do Banco Central no

mercado futuro de dólar de forma a afetar as expectativas de desvalorização. Se a operação fosse bem sucedida o custo dela seria baixo. Vários Bancos Centrais europeus utilizaram esse instrumento no começo da década de 90, quando sofreram ataques especulativos a suas moedas e o Brasil também usou dele no final dos 90.

O acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional, em novembro de 1998, impede que esse tipo de operação seja realizado, devido a que distorce as expectativas. Mas, no contexto atual de instabilidade do mercado de câmbio, poderia ser rediscutido o uso desse instrumento.

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

## FISCALIZAÇÃO

### Conselho vai fiscalizar empresas de saúde e concessionárias estrangeiras

Nichos de mercado, como Amil e Golden Cross, receberão visita da fiscalização do Corecon, que também vai inspecionar empresas internacionalizadas

O Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ), além da fiscalização de rotina, irá a partir de agora atuar também, através da sua Secretaria de Fiscalização e Registro, em nichos do mercado de trabalho cujos desempenhos afetam diretamente as condições de vida da população. É o caso, por exemplo, das empresas de planos de

saúde, como Amil e Golden Cross, onde o mau exercício da profissão de economista pode incorrer em prejuízos à sociedade.

Além desse tipo de empresa que passará a ser visitada pela equipe de fiscalização do Conselho, será dada também uma atenção especial às companhias concessionárias de serviços públicos que foram internacionalizadas através da

privatização do governo de FHC.

Para tanto, está sendo desenvolvida uma política especial de fiscalização para dar conta e apurar as denúncias que têm chegado ao Corecon-RJ sobre o exercício profissional da atividade de economista por cidadãos estrangeiros, em detrimento do mercado de trabalho já escasso para os brasileiros.

Este tipo de irregularidade fere a Constituição Federal e, portanto, os direitos constitucionais dos trabalhadores brasileiros. Para coibir esse tipo de prática, a Secretaria de Fiscalização do Conselho passará, a partir de agora, a uma ação enérgica de levantamento e apuração do exercício da profissão de economista nestas empresas.

### PRESTANDO CONTAS

**INB** - Todos os economistas que estavam irregulares já se apresentaram ao Conselho e acertaram as situações dos seus registros.

**PETROS** - Foi notificada e enviou a relação de profissionais.

**BNDES e FINEP** - Nossa visita a essas instituições resultou em muitas regularizações e os que não regularizaram até a data de vencimento, 16/07, serão notificados.

**IPM-RJ (Instituto de Previdência do Município) e Telefô-**

**nica Celular** - Os economistas listados estão regulares com seus registros.

**PETROBRÁS, PREVI E BANCO ITAÚ** - Receberam Auto de Infração para apresentação da lista, apesar da argumen-

tação contestatória. Os economistas que não se regularizaram estarão recebendo Autos de Infração, em breve. Ainda nesta semana estaremos iniciando a fiscalização em empresas como IBGE, FGV e de seguro saúde.

### CONTRIBUIÇÃO 2000

Mediante comparação dos CPFs constantes em nosso cadastro com o pagamento da contribuição sindical de 2000, foi enviado ofício sobre a irregularidade do exercício profissional naquele ano e muitos profissionais já estão se apresentando ao Conselho para o respectivo registro.

CORECON/RJ

Zelando pelo exercício profissional em defesa da sociedade

Crise energética e desemprego

# Difícil avaliar impacto sobre o mercado de trabalho

João Saboia \*

A crise veio na hora em que o governo FHC se preparava para anunciar dados favoráveis da economia e colher os louros nas urnas. Previamente anunciada, ela não poderia ter vindo em um momento pior

**A** crise energética que assola o país confirma a falta de sensibilidade do governo federal para as questões estruturais. Suas preocupações nos últimos seis anos estiveram voltadas para o curto prazo, mais especificamente para a estabilização da economia.

No governo FHC, a palavra de ordem sempre foi a busca incessante pela "redução dos desequilíbrios macroeconômicos para depois deixar a economia crescer". Apesar das óbvias diferenças entre as duas situações, este tipo de comportamento traz a lembrança da época dos governos militares, quando as autoridades econômicas afirmavam que "primeiro o bolo deveria crescer para depois ser distribuído".

O resultado final daquele período é bem conhecido de todos - o bolo cresceu e nunca foi repartido. Da mesma forma, tudo leva a crer que o prometido crescimento econômico será frustrado.

A crise energética pegou o governo quando este se preparava para um final de mandato com crescimento da economia, de modo a poder apresentar resultados favoráveis antes das eleições de 2002. O momento não poderia ter sido pior.

Trata-se, entretanto, de uma

crise anunciada há anos pelos especialistas da área energética e cuja responsabilidade cabe exclusivamente ao governo federal. Uma das questões que mais preocupam a sociedade atualmente é a repercussão da crise energética sobre o crescimento da economia e, indiretamente, sobre o nível de desemprego.

A resposta é muito difícil.

## CRESCIMENTO E EMPREGO

Em primeiro lugar, há muita incerteza sobre a efetiva dimensão do racionamento de energia. Em segundo, o aumento da eficiência e a utilização de fontes de energia alternativas podem minimizar os efeitos sobre o nível de produção. Em terceiro lugar, alguns setores serão mais atingidos que outros. Enfim, há muitas questões em jogo e muita incerteza no ar. Para dificultar ainda mais, a relação produto/emprego é extremamente complexa.

A expectativa no início deste ano, anunciada inclusive pelas autoridades econômicas, era de um crescimento do PIB da ordem de 4,5% em 2001. Desde o início da crise energética, especialistas das mais diversas instituições têm feito estimativas que apontam para

um crescimento econômico entre 2,5% e 3,5%, neste ano. Há, portanto, uma expectativa de perda de 1 a 2 pontos percentuais de crescimento do PIB. As previsões só não são piores devido ao crescimento já obtido até o mês de maio.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas simulações de quanto poderá ser o aumento da taxa de desemprego, em função do menor crescimento do PIB. Neste sentido, utilizamos a relação desenvolvida por Arthur Okun entre crescimento do Produto e variação da taxa de desemprego.

Os dados usados cobrem a década de 90 até o ano 2000, representando, portanto, a experiência recente da economia brasileira.<sup>1</sup> Segundo a Lei de Okun, o país precisaria no mínimo de 3,4% de crescimento econômico para que a taxa de desemprego não aumentasse.

A tabela anexa apresenta estimativas para os valores médios da taxa de desemprego, em 2001, em função da taxa de crescimento da economia. Se a economia crescesse 4,5%, como esperado no início do ano, a taxa média de desemprego ficaria em torno de 6,6%. Caso o crescimento baixe para 3,5%, a taxa de desemprego poderia atingir 7,1%. Se o crescimento



“ Uma das questões que mais preocupam a sociedade atualmente é a repercussão da crise energética sobre o crescimento da economia e, indiretamente, sobre o nível de desemprego. A resposta é muito difícil ”

do PIB não passar de 2,5%, a taxa de desemprego poderia chegar a 7,5%.

### MENOR PIB MAIOR DESEMPREGO

Os dados acima são bastante desfavoráveis, especialmente se lembrarmos que a taxa de desemprego vem baixando desde 1999. Após o salto ocorrido em 1998, quando atingiu 7,6%, manteve-se em 7,5% em 1999, baixando para 7,1% em 2000. Portanto, uma taxa de crescimento do PIB neste ano da ordem de 2,5% poderia representar o retorno aos níveis de desemprego de 1998/99.

Os números acima representam apenas uma estimativa, não devendo ser tomados como previsões. O mercado de trabalho cos-

tuma apresentar surpresas. Há uma parcela de trabalhadores eventuais (filhos e outros membros das famílias) que costumam entrar ou sair do mercado de trabalho dependendo da situação mais ou menos favorável da economia.

Portanto, é preciso olhar, ... a o comportamento da taxa de participação da população economicamente ativa ao longo do segundo semestre para verificar a pressão de oferta sobre o mercado de trabalho.<sup>2</sup>

Em 1999, quando a economia não cresceu, parcela dos trabalhadores deixou o mercado de trabalho, evitando que a taxa de desemprego crescesse. Em 2000, com o retorno do crescimento econômico, houve grande ingresso de

novos trabalhadores no mercado de trabalho, impedindo uma redução ainda maior na taxa de desemprego. No primeiro quadrimestre de 2001, a conjugação de crescimento econômico com redução da taxa de participação contribuíram para reduzir a taxa de desemprego para 6,1%.

Tendo em vista o grau de incerteza sobre o comportamento da economia e do mercado de trabalho no segundo semestre deste ano, fica difícil fazer previsões seguras sobre a evolução do desemprego. Se a economia crescer em torno de 3,5%, o mais provável é que se repita, em 2001, uma taxa de desemprego da ordem daquela observada em 2000. Se o crescimento econômico for menor, entretanto,

poderá haver nova elevação do desemprego no país.

\* Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Foi estimada a equação  $Y = 3,4 - 2,1X$ , onde Y é a taxa percentual de variação anual do PIB e X é a variação da taxa de desemprego em pontos percentuais. O valor de R<sup>2</sup> é 0,62, significando um ajustamento razoável dos dados à reta de regressão. Utilizou-se a média anual da taxa de desemprego (de 7 dias) das seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e a taxa oficial de variação do PIB.

<sup>2</sup> A taxa de participação representa o percentual de pessoas adultas que participam do mercado de trabalho (ocupados ou desocupados em busca de emprego). Em 1998, atingiu 58,2%, em 1999, caiu para 57,1% e, em 2000, voltou a subir para 58,0%. Nos quatro primeiros meses de 2001, ficou em apenas 56,4%.

*Capitalismo mundial*  
Charles Albert Michal  
Preço com desconto: R\$ 18,55

*Japão: o capital se faz em casa*  
Barbosa Lima Sobrinho  
Preço com desconto: R\$ 19,60

*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*  
Celso Furtado  
Preço com desconto: R\$ 20,30

*3º Setor: desenvolvimento social sustentado*  
Ruth Cardoso  
Preço com desconto: R\$ 15,05

## A EDITORA PAZ E TERRA

está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática, que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

*Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso*  
284p., Ricardo French-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.)  
Preço com desconto: R\$ 19,95

*Desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a reconstrução do futuro*  
Cristovam Buarque  
Preço com desconto: R\$ 16,80

*O Que é Globalização*  
Preço com desconto: R\$ 21,00

*ABC da Dívida Externa*  
Celso Furtado  
Preço com desconto: R\$ 9,10

*Globalização e desnacionalização*  
Reinaldo Gonçalves  
Preço com desconto: R\$ 16,80

*Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p.*  
Ruy Fausto  
Preço com desconto: R\$ 16,10

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia – RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento:  
de segunda a sexta das 13h às 17h.  
Telefone: (21) 2232-8178.

## LIVROS COM DESCONTO

- *O mercado de derivativos financeiros* – Octavio Bessada – R\$ 17,50
- *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL* – (volumes I e II) – organizado por Ricardo Blieschowsky – De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- *Episódios da história monetária* – Milton Friedman – R\$ 14,70
- *Aspectos morais do crescimento econômico* – Barrington Moore Jr. – De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- *Falso amanhecer* – John Gray – De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- *Destruição não criadora – Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada* – Maria da Conceição Tavares – De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- *Por uma outra globalização* – Milton Santos – De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- *O mercado futuro e de opções* – Octavio Bessada – De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50 14,00
- *O livro negro do capitalismo* – Organizado por Gilles Perraut – De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50



**Mundo em descontrolado**  
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60

**A terceira via**  
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

Para pensar o futuro:

# Mudança terá que ser radical

José Luís Fiori \*

**Há algo em comum entre todos os governos neoliberais europeus que foram dirigidos por líderes ou partidos socialistas: pavimentaram o caminho para governos de direita**

Foi o que aconteceu na Itália, Espanha e França, com os governos Craxi, Gonzales e Mitterand, e, agora, de forma mais dramática, com a aliança Ulivo, criada pelo ex-comunista D'Alema, e que depois de fazer sua "lição de casa", com o máximo rigor e obediência, foi derrotada, eleitoralmente, pelo fascista Silvio Berlusconi.

Mais próximo de nós, a eleição de um governo de oposição que entrou em crise e naufragou, em menos de um ano, já transformou a Argentina num caso paradigmático e num alerta para todo o continente. A nova coalizão de centro-esquerda que foi eleita manteve-se fiel à agenda neoliberal, não alterou a política econômica do governo derrotado nas urnas, fez direitinho sua "lição de casa" e, frente a uma crise cambial perfeitamente previsível, foi obrigada a uma solução dolorosa, uma espécie de "golpe branco".

Transformou em primeiro-ministro informal e chefe do governo um dos candidatos da direita derrotados pelo povo argentino, mas reposto no poder por um colégio eleitoral formado pelos credores do país, um pequeno grupo de agentes financeiros privados, nacionais e internacionais.

Esta volta de Cavallo ao comando da Argentina, entretanto, ajuda a compreender a intenção preventiva e a ingenuidade de alguns líderes da oposição brasileira que já defenderam a manutenção do atual ministro da Fazenda do governo Cardoso, em caso de vitória da

oposição em 2002, como forma de "acalmar" os agentes do mercado financeiro internacional. O próprio fracasso argentino já antecipa, ao mesmo tempo, a inutilidade deste tipo de artimanha.

Por trás disto tudo, existe uma realidade e uma lição extremamente complicada. A desregulação financeira e a abertura comercial das economias, junto com as demais reformas neoliberais, fragilizaram os Estados e criaram uma camisa de força que dificulta uma mudança de rumo, apesar de que ela seja possível.

## LIÇÕES DA ARGENTINA

Neste sentido, o que o exemplo argentino ensina, de fato, é que sem uma mudança radical de prioridades e de política econômica, os novos governos eleitos pela oposição ao projeto neoliberal irão sendo corroídos, ao perderem a confiança dos investidores externos (graças aos efeitos da própria política econômica que não foi alterada) e a sua própria governabilidade interna, na medida em que vão sendo obrigados a fazer sucessivos e inúteis ajustamentos fiscais.

No limite, ninguém sabe o que ocorrerá com a economia e a democracia destes países, se este círculo vicioso não for rompido e este quadro de desintegração não for revertido.

Qualquer governo que se proponha mudar o rumo do Brasil, a partir de 2003, e tenha como prioridade um crescimento sustentado e uma ativa política de distri-

**“A volta de Cavallo ao comando da Argentina ajuda a compreender a intenção preventiva e a ingenuidade de alguns líderes da oposição brasileira, que já defenderam a manutenção do atual ministro da Fazenda do governo Cardoso, em caso de vitória da oposição em 2002”**

buição de renda, deve partir de um diagnóstico realista da situação do país, depois de 10 anos de políticas liberais: sobretudo a respeito do grau de desnacionalização da economia, de desestruturação do Estado e de anomia social.

Seu primeiro passo terá que ser a remontagem da capacidade estratégica do Estado, para prever, planejar e investir, resgatando a autonomia interna e a soberania externa do próprio Estado. A redução da fragilidade externa envolverá, provavelmente, uma renegociação da dívida privada e uma política ativa de exportação e de substituição de importações.

O próprio colapso energético, provocado pelos neoliberais, deverá reverter a política de privatização e descentralização do sistema energético, o que acabará ocorrendo, também, com os sistemas rodoviário e de saneamento. Mas, além disto, é fundamental compreender que não é possível pensar numa distribuição pura e simples da renda, sem que ela venha acompanhada do aumento da produção de bens de consumo de massa – sobretudo alimentos e

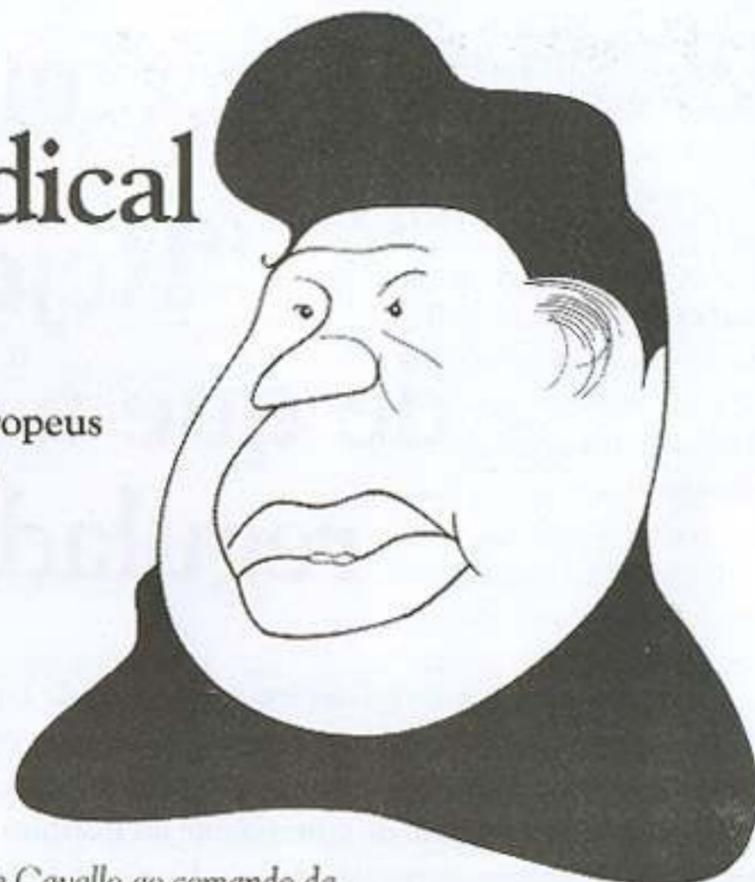
habitação – e dos bens públicos de consumo universal.

Por fim, o financiamento deste novo estilo de desenvolvimento, requererá uma reforma do sistema de crédito e de seguridade social e uma mudança tributária radical e de caráter progressivo, que deve atingir fortemente os 5% que detêm cerca de 50% da renda e da riqueza brasileira.

Nenhuma destas decisões e políticas se reduz a um problema técnico, nem poderá ser feita, apenas, através de algumas medidas provisórias. Pelo contrário, trata-se de um novo projeto de país que está na contramão do *mainstream* e enfrentará a resistência de interesses poderosos, nacionais e internacionais.

Um projeto que só será possível levar à frente com um governo que nasça de uma coalizão de forças que rompa com o pacto conservador que domina este país há décadas, e que consiga promover uma revalorização positiva e maciça da idéia de nação e de solidariedade federativa.

\* Cientista político e professor da UFRJ.



## Ricardo Carneiro

# “Rejeitamos a idéia de que a sociedade deve ser regulada pelo mercado”

O JE para esta edição foi ouvir o economista da Unicamp Ricardo Carneiro, um dos formuladores do programa “Um Brasil Alternativo”, apresentado com a assinatura do Instituto de Cidadania, uma Organização Não Governamental (Ong), mas que a grande mídia divulgou e atribuiu como sendo do PT, até mesmo pelo fato de o presidente do Instituto ser exatamente Luiz Inácio Lula da Silva, o mais provável candidato do partido à Presidência da República em 2002.

Trata-se, na verdade, do primeiro documento programático para o exercício de um governo de oposição às políticas em curso, que busca abordar o conjunto das questões a serem enfrentadas e respondidas por uma administração alternativa a esta que há praticamente uma década está no comando do país.

Na entrevista, concedida através de correio eletrônico, o economista, professor da Unicamp, defende a ampliação e o alargamento da base financeira interna do país, reduzindo a alta dependência de capitais externos a que nos levou o neoliberalismo. Propõe metas e noções que vão no sentido contrário ao que o governo de FHC prioriza.

“Pode-se imaginar um tipo de crescimento que privilegie o aumento da produção de bens públicos consumidos por largas parcelas da população, tais como transporte, saneamento, infra-estrutura urbana, habitação popular, etc. É possível definir um amplo programa de investimentos públicos nesses setores, compatibilizando crescimento, aumento do emprego e distribuição da renda, sem pressionar o balanço de pagamentos”, afirma Ricardo Carneiro, cuja íntegra da entrevista vai a seguir.

**Jornal dos Economistas - Qual o diagnóstico da economia brasileira que foi o ponto de partida para a elaboração do documento do Instituto da Cidadania?**

**Ricardo Carneiro -** O diagnóstico da economia brasileira levou em conta a sua enorme fragilidade, tanto no âmbito macroeconômico quanto estrutural. No primeiro plano destacam-se as dívidas interna e externa e o peso de seus serviços. Na dimensão estrutural, a desarticulação ou rarefação das cadeias produtivas e a pobre inserção no comércio internacional, bem como a atrofia dos mecanismos internos de financiamento de longo prazo.

**JE - Quais os objetivos deste documento?**

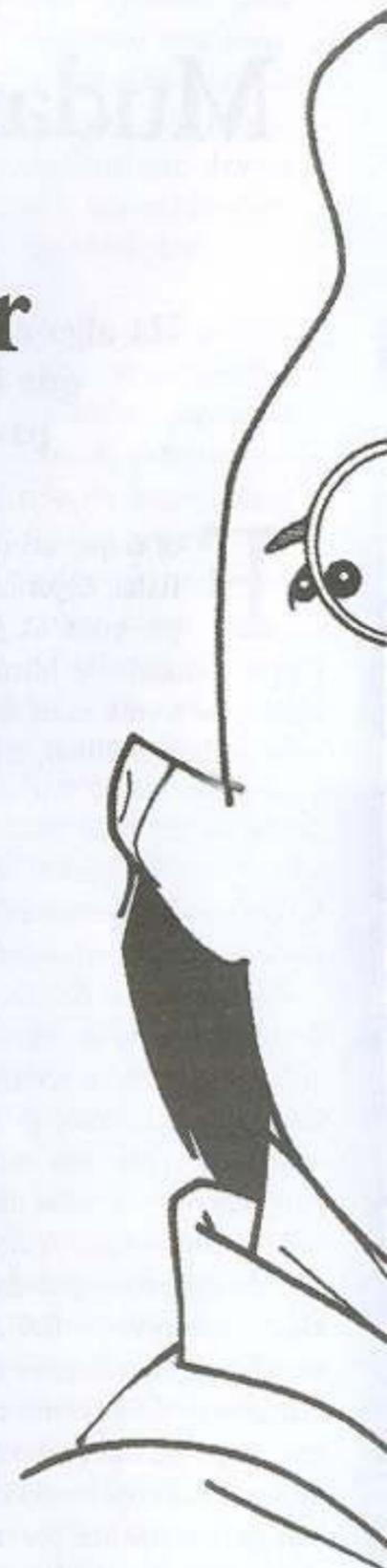
**RC -** O objetivo central é o de discutir as possibilidades de uma política econômica alternativa em um ambiente adverso, doméstico e internacional. Adverso pela herança interna, mas também pelo quadro externo caracterizado pela dominação americana e por uma postura hostil das instituições multilaterais frente a quaisquer políticas que fujam dos seus cânones.

**JE - Como foi pensada a questão da distribuição de renda e sua interrelação com o crescimento econômico?**

**RC -** Este é um ponto central e individualizador de nossa proposta. A questão social é alçada a eixo do desenvolvimento e a economia aparece como fator de restrição. Rejeitamos a idéia de que a socie-

dade deve ser regulada pelo mercado. Ao contrário, a economia deve estar submetida à sociedade e obedecer às prioridades por ela estabelecidas. Isto definido, pode-se colocar a economia a serviço de objetivos sociais como, por exemplo, a melhor distribuição da renda. Para conciliar os objetivos com as restrições econômicas pode-se imaginar um tipo de crescimento que privilegie o aumento da produção de bens públicos consumidos por largas parcelas da população, tais como transporte, saneamento, infra-estrutura urbana, habitação popular, etc. É possível definir um amplo programa de investimentos públicos nesses setores, compatibilizando crescimento, aumento do emprego e distribuição da renda, sem pressionar o balanço de pagamentos.

“ O setor público pode ampliar sua capacidade que seja para realizar investimentos de dívida de prazo longo com taxa menor, desde que o BNDES tivesse financiado a expansão de capacidade do setor elétrico brasileiro, maior, mas a situação atual é insustentável.”





**JE** - *Nesses últimos anos, a economia brasileira passou por uma significativa mudança, em especial, no tocante à abertura externa comercial e financeira. Como compatibilizar essas características atuais de nossa economia com a ênfase pretendida de fortalecimento do mercado interno?*

**RC** - Não vejo contradição entre o fortalecimento do mercado interno e a melhoria da inserção externa da nossa economia. Desde logo, porque o Brasil é um país continental de baixo grau de abertura e os mercados externos sempre foram complementares aos mercados internos. O Brasil precisa de fato melhorar a qualidade da sua inserção externa, ampliando as exportações com maior conteúdo tecnológico, mas isto só será viável se houver maior escala de produção interna desses bens. Por outro lado nos setores nos quais a demanda doméstica deve crescer mais por conta da distribuição de renda - tais como bens públicos de consumo de massa, alimentação, etc - não há *trade-off* entre aumento do consumo doméstico e ampliação das exportações. Seja porque há capacidade produtiva suficiente para atender os dois mercados ou porque os setores produzem bens não comercializáveis.

**JE** - *Para ser possível o incremento dos investimentos nas áreas sociais e na infra-estrutura do país, quais seriam os mecanismos de financiamento a serem utilizados? O deputado Delfim Neto, por exemplo, de forma irônica insinuou, em recente artigo, que o único caminho seria o de se avançar no programa de privatizações...*

**RC** - O Brasil precisa urgentemente ampliar a sua base financeira doméstica e diminuir a sua dependência de capitais externos. Para tanto é possível mobilizar a assim chamada poupança interna de longo prazo, que no Brasil concentra-se basicamente nos fundos

de poupança compulsórios como FGTS, PIS-PASEP. A previdência complementar poderia reforçar o montante desses fundos. Esse conjunto de recursos, por sua vez, poderia ser direcionado para o financiamento da infra-estrutura e do investimento nas atividades relacionadas à produção de bens de consumo públicos.

**JE** - *Qual deve ser o papel do BNDES em um governo de oposição?*

**RC** - O BNDES deve deixar de financiar privatizações e empresas multinacionais e dirigir seus financiamentos para as novas prioridades incluindo a infra-estrutura, e também a modernização tecnológica da empresa brasileira.

*"O Brasil precisa ampliar a sua base financeira doméstica e diminuir a dependência de capitais externos. Mobilizar a poupança interna de longo prazo como FGTS, PIS-PASEP"*

**JE** - *A proposta de programa apresentada pelo Instituto de Cidadania mostra compromisso com a manutenção da estabilidade monetária, ao mesmo tempo em que assume como meta a retomada vigorosa do crescimento econômico. Como compatibilizar esse crescimento pretendido com a estabilidade monetária?*

**RC** - A pergunta requer uma dupla resposta. De uma perspectiva de longo prazo não há nenhuma contradição entre crescimento e estabilidade. Ao contrário só é possível imaginar uma estabilidade duradoura se as empresas estiverem crescendo, investindo e ampliando a produtividade.

**JE** - *Qual a visão que fundamenta o entendimento do déficit fiscal por parte dos autores da proposta de programa do Instituto de Cidadania? Hoje, por exemplo, pelo acordo*

*firmado com o FMI, o país tem que controlar o seu déficit cortando investimentos sociais e a dívida pública líquida não pode superar a 50% do PIB, enquanto países como o Japão têm uma dívida maior do que o seu próprio PIB. O que acham disso os autores da proposta do I.C.?*

**RC** - Rejeitamos a idéia de que o setor público do Brasil ou de qualquer outro país deva ter um limite quantitativo muito rígido de endividamento. Isto porque é necessário considerar tanto as razões pelas quais as dívidas são feitas - se para financiar gastos correntes ou investimentos - como o perfil de endividamento, se de curto ou longo prazo, com taxas de juros fixas ou flutuantes. O setor público pode ampliar o seu endividamento desde que seja para realizar investimentos relevantes e tomando dívida de prazo longo, com taxas de juros baixas. Se, por exemplo, o BNDES tivesse financiado os investimentos em ampliação de capacidade do setor elétrico estatal a dívida pública hoje seria maior, mas a situação da economia muito melhor.

**JE** - *O Brasil, hoje, se encontra seriamente comprometido com pesados pagamentos ao exterior: não somente com os encargos financeiros, mas também com importações e serviços não financeiros (frete, lucros, royalties, etc.). Como reverter esta situação? Existe alguma idéia de estabelecer um 'teto' para esses dispêndios?*

**RC** - Não há solução mágica e nem de curto prazo para a situação externa da economia brasileira, marcada por déficits em transações correntes, da ordem de 5% do PIB, e um passivo externo líquido de mais de US\$ 400 bilhões. Só há duas coisas a fazer: um programa de substituição de importações em áreas estratégicas - como a de componentes eletrônicos, por

ar o seu endividamento desde  
investimentos relevantes e tomando  
de juros baixas. Se, por exemplo,  
os investimentos em ampliação  
estatal a dívida pública hoje seria  
a economia muito melhor 99

exemplo - e uma política de incentivo às exportações, ambas para a obtenção, a médio prazo, de um superávit comercial e de melhoria da nossa capacidade de pagamento.

**JE** - Qual deve ser o papel do Banco Central em um governo de oposição e como os formuladores do programa do I.C. entendem a proposta defendida por setores do atual governo, de um Banco Central independente?

**RC** - Acreditamos que o Banco Central do Brasil precisa de uma gestão mais transparente e pode, dentro de certos limites, pos-

ta do atual Governo tem, portanto, um conteúdo claramente oportunista. Isto para não falar da inspiração antidemocrática.

**JE** - O programa divulgado pelo I.C. aborda a questão da substituição de importações na reconstrução de um outro Brasil que não esse destruído por FHC. O que deve vir a ser esse programa, do ponto de vista dos seus autores? Quais áreas consideram que interessariam ao capital estrangeiro, visto que setores como os de peças e componentes eletroeletrônicos, de semicondutores e equipamentos de telecomunicações já têm plantas operando em países da Ásia e esses capitais não teriam nenhum interesse em vir para o Brasil para competir com suas filiais de lá?

**RC** - O mercado interno brasileiro continua a ser um fator essencial de atração de investimentos externos. A combinação de políticas - tarifária e de crédito - certamente será capaz de internalizar alguns segmentos produtores de partes e componentes mesmo na área eletroeletrônica.

**JE** - Qual deve ser o papel do capital estrangeiro em nossa economia?

**RC** - O capital estrangeiro sempre teve e continuará tendo um papel relevante no desenvolvimento brasileiro. Dito isto, cabe enfatizar também que não queremos o investimento puramente patrimonial como o que ocorreu recentemente, que se dirigiu na sua maior parte à compra de empresas já existentes. Será importante definir os setores prioritários para o investimento estrangeiro e negociar alguns critérios de desempenho referentes, sobretudo, ao progresso técnico e à balança comercial.

**JE** - O país vive, outra vez, uma séria dificuldade cambial. Há quem fale em crise ou 'apagão' cambial. Qual a avaliação que os formuladores do programa do I.E. têm a esse respeito? No caso de uma vitória da oposição, em 2002, como pensam que deve agir o novo governo em relação à questão cambial? O câmbio deve permanecer flutuante? Caso negativo, qual deve ser a política cambial a ser seguida pelo novo governo?

**RC** - É ocioso tentar responder essa questão no momento. Isso porque o Brasil será vítima, nos próximos meses, de um ataque especulativo em razão do default argentino e da fragilidade de



nossas contas externas. Passado esse momento será possível avaliar quais as políticas e os instrumentos que devem ser mantidos ou reformulados.

**JE** - A grande mídia tem destacado o 'cuidado' contido no texto do programa em relação às propostas de um governo de oposição, para não espantar os investidores, particularmente, os estrangeiros. A crítica procede? Como os autores avaliam os questionamentos de aliados, antigos e potenciais, que consideram o programa muito 'light' e sem afirmar questões como moratória, suspensão ou auditoria da dívida externa?

**RC** - Um documento político sempre se presta a diferentes leituras. Do nosso ponto de vista, posso garantir que trabalhamos sempre com a idéia de, simultaneamente, aceitar algumas restrições e promover determinadas rupturas com o atual modelo. Por exemplo, ao mesmo tempo em que não se questionam determinados contratos, propõe-se também um nova inserção externa, o reforço ao papel do Estado, a substituição de importações, o crédito dirigido, um ampla reforma agrária ..., e etc.

*"Um documento político sempre se presta a diferentes leituras. Do nosso ponto de vista, posso garantir que trabalhamos sempre com a idéia de, simultaneamente, aceitar algumas restrições e promover determinadas rupturas com o atual modelo"*

suir alguma independência operacional. Todavia, a idéia de ter uma burocracia que gere o Banco Central independentemente dos poderes constituídos - como está implícito na proposta de não coincidência de mandatos - é inteiramente rejeitada por nós. A propos-

to - certamente será capaz de internalizar alguns segmentos produtores de partes e componentes mesmo na área eletroeletrônica.

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
**Horário de funcionamento:**  
 De Segunda a Sexta das 13 às 17h. Tel: (0xx21) 2232-8178.

- ▼ **GESTÃO DE ONGS**  
 Fernando G. Penório  
 De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70
- ▼ **MERCOSUL: PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO**  
 A. S. Brandão e Lia V. Pereira  
 De: R\$ 43,00 Por: R\$ 30,10
- ▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DO TRABALHO NO BRASIL**  
 José Márcio Camargo  
 De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40
- ▼ **PENSAMENTO POLÍTICO**  
 Roberto Campos  
 De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- ▼ **AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000**  
 Jorge Vianna Monteiro  
 De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70

**PENSAMENTO POLÍTICO DE ROBERTO CAMPOS**  
 Reginaldo Teixeira Perez  
 O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95  
 De: R\$ 29,00  
 Por: R\$ 20,30

- ▼ **CUSTOS - UM ENFOQUE ADMIN. - VOL. I**  
 George G. Leone  
 De: R\$ 43,00 Por: R\$ 30,10
- ▼ **CUSTOS - UM ENFOQUE ADM. - VOL. II**  
 George G. Leone  
 De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30
- ▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**  
 Luiz A. F. Cavalheiro  
 De: R\$ 25,00 Por: R\$ 17,50
- ▼ **CONTABILIDADE FINANC. PARA EXECUTIVOS**  
 Álvaro G. Oliveira  
 De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40
- ▼ **ANÁLISE CONTÁBIL - ANÁLISE DE BALANÇOS**  
 Américo M. Florentino  
 De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10
- ▼ **CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES**  
 Eugênio Carvalhal e Geraldo Ferreira  
 De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

# Ócio, lazer, entretenimento... e a Economia entra aonde?

Fabio Sá Earp\*

O sociólogo  
Domenico De Masi  
é um sucesso com  
seus estudos sobre a  
importância do ócio.  
Meia dúzia de obras  
escritas em  
linguagem  
compreensível por  
leigos, disputado a  
peso de dólar  
pelas editoras, um  
público ávido por  
obter a legitimação  
daquilo que todos  
gostamos de fazer.

Este italiano bonachão se esforça para mostrar que o tempo gasto longe do trabalho físico não é um desperdício social, mas uma oportunidade para o desenvolvimento do intelecto, logo para o trabalho criativo. Combate aqueles que Marx chamaria filisteus da ética do trabalho, *work ahoolics* que dedicam todas as suas energias à labuta – como que para pagar a culpa do distante antepassado que provou a maçã do Éden – labuta

tão mais interessante se realizada com o suor alheio. E afinal, afirma De Masi, o caminho para o aumento da qualidade de vida dos povos não resulta de se passar mais tempo com a enxada na mão, mas de se canalizar este tempo para o trabalho criativo.

A audiência para este tipo de idéias surge como uma reação dos leitores contra o discurso que se esforça em combater a precária proteção ao trabalho aqui implantada, sob os rótulos de "Era Vargas" ou "Custo Brasil". Não é demais lembrar que o neoliberalismo europeu surgiu como uma reação a uma legislação corporativista, que engessava a economia européia nos anos 70. Porém, nem mesmo a Sra. Thatcher aproximou-se dos extremos que hoje tantos economistas pregam, mas apenas nossos coleguinhas argentinos aplicam.

A versão cucaracha, claro, como todo efeito demonstração, compensa com crueldade o que lhe falta em originalidade. E, aquele italiano careca, barbudo e de cara redonda, que parece saído de um anúncio do Bamerindus, nos ajuda a perceber como estas idéias são mediocres e retrógradas.

Em suma, a obra de De Masi é uma discussão normativa acerca da ética do lazer. Se os sociólogos quiserem aceitar este tipo de discurso como sendo sociologia é problema deles – e devemos ser tolerantes com nossos vizinhos de profissão, desde que não joguem lixo no corredor e nem façam barulho depois das dez da noite. Mas o que De Masi fala sobre o ócio, se bem que pródigo em termos normativos, tem tanto a ver com economia po-

sitiva quanto o discurso de um neoclássico sobre a educação.

Nada.

## A ECONOMIA DO ENTRETENIMENTO

Em ambos os casos, acena-se com uma panacéia para todos os nossos males, um tônico maravilhoso que cura desde mal olhado à espinhela caída e que, se judiciosamente utilizado, talvez ainda ajude a poupar energia elétrica. Afinal, no limite do gasto em educação, quando todos forem PhDs, como faremos para empregá-los? Acaso estas criaturas tão cultas criam seus próprios empregos? E que tal ser um desempregado com todo o tempo do mundo

para o pensamento criativo? Cada vez mais argentinos o têm – vocês viram como eles estão vivendo melhor?

O que está faltando é a análise do economista que pergunte de que maneira estas atividades prazerosas se ligam aos mundos do trabalho e da moeda e geram empregos e renda. Porque o tempo em que alguns estão de folga no trabalho é o momento privilegiado para que outros trabalhem e se realizem negócios que de outra forma não existiriam.

Este artigo está sendo escrito em Teresópolis, no feriado de Corpus Christi, na quinta-feira 14 de junho. O feriado da população nativa foi desfrutado ontem e,

hoje, todo o comércio está aberto e vendendo roupas a todo o pano, sendo intencional o trocadilho. O mesmo se repete em todo o país nas cidades turísticas e nos bairros de lazer das metrópoles. É nada disto foi estudado pelos economistas, ao menos pelos brasileiros.

Neste ponto não devemos nos sentir muito inferiores ao pessoal do Primeiro Mundo, porque lá também são pífios os estudos. Claro, o campo do entreteni-

---

*"O que falta  
é a análise do  
economista que pergunte  
de que maneira  
as atividades prazerosas  
se ligam ao mundo  
do trabalho e  
da moeda e geram  
empregos e rendas"*

---

mento não se presta facilmente à modelagem, em função da presença maciça de custos de transação e de economias de escala e de escopo – o "mercado" do entretenimento jamais está em equilíbrio e nem parece tender

para tal. Mas podemos adiantar alguns pontos a partir dos estudos disponíveis, antes de mais nada, limpando o terreno no campo conceitual.

A principal dificuldade teórica reside no fato de que embora parte das atividades de lazer resida na esfera mercantil, onde o economista transita confortavelmente (a aquisição de bens e serviços de entretenimento), uma outra lastimável parte está na esfera do autoconsumo (como o bate-papo com os amigos). É esta última produz valores de uso sem gerar diretamente emprego nem renda, o que nos paralisa.

Calma.

## TEMPO LIVRE REDISTRIBUI RENDA

É uma dificuldade, mas não um problema drástico. Afinal, dividir-se entre esferas mercantil e de autoconsumo também é uma característica do trabalho - e este já foi integrado sem maiores traumas como um campo da economia.

Mas ao contrário dos estudos sobre trabalho, que estudam apenas o remunerado e abandonam o trabalho doméstico ao discurso feminista, no campo do entrete-

bebida suspeita? O dispêndio só se realiza porque é um pré-requisito para o encontro gratuito. E, se em algum momento, a 'azaração' passasse a ser paga, o local deixaria de ser uma boate e se transformaria num bordel - também objeto da economia do entretenimento, mas em outra categoria...

Assim, devemos partir do estudo do uso do tempo. A divisão do tempo está convencionalmente estabelecida entre tempo de trabalho (dividido entre remunerado e doméstico), tempo para cuidados pessoais (sono, etc.) e tempo livre. Este último é dedicado a atividades de lazer, que se estendem desde o ócio (o nada fazer) a todas as atividades de entretenimento; desde aquelas mais próximas do ócio (como a conversa fiada ou o ver televisão) até as que exigem grande dispêndio de energia e no limite se confundem com o trabalho - o "lazer sério" (as atividades a que se atiram obsessivamente colecionadores, desportistas, etc., em todas as horas disponíveis).

Toda esta gente ao se entreter precisa utilizar os mais variados equipamentos, de patins a máquinas fotográficas, televisores, computadores, piscinas, quadras, roupas, veículos, prédios, uma lista sem fim. Ao mesmo tempo utilizam serviços de profissionais em um espectro tão amplo quanto da medicina esportiva à prostituição, passando por técnicos em

audiovisual, artistas, jogadores profissionais, bilheteiros, etc. Daí se origina uma demanda direta por algo que, outrora, chamaríamos meios de entretenimento, ou seja, o conjunto de equipamentos e de trabalho indispensáveis a tais atividades. E aparece o campo para os estudos de microeconomia e organização industrial, conforme o gosto do freguês.

Finalmente, esta demanda se derramará sobre toda a economia em uma rede de transações que precisaremos estimar através de uma matriz insumo-produto, calcular um multiplicador... não estamos entrando num terreno familiar? E quanto à oferta?

Parte destes profissionais e equipamentos podem ser fornecidos gratuitamente aos cidadãos, como os campos de pelada do Aterro e as piscinas públicas parisienses. Outros precisarão ser pagos pelos usuários, e aí temos um campo para estudos das relações entre setor público e privado, que vão desde a regulamentação mais geral até a intervenção mais decidida no caso, digamos, da parceria necessária à realização de uma olimpíada.

O que significa o somatório de todas estas atividades? No Brasil, ainda não há condições de avaliar, mas temos os dados para outros países. Na Espanha, por exemplo, as atividades ligadas a cultura, lazer e turismo respondem por

*"Tempo livre não gera redução de renda. Gera redistribuição de renda entre pessoas, setores e regiões. É momento para determinado tipo de gasto que não se realizaria"*

7,22% do valor adicionado, atrás apenas de serviços financeiros (11,29%) e à frente de atividades como energia (6,95%), obras públicas (5,63%) e indústria automotiva (2,79%). Isto mesmo, mais de duas vezes e meia o valor da produção automotiva. Não parece importante?

Tempo livre não gera redução de renda. Gera redistribuição de renda entre pessoas, setores e regiões. É o momento para um determinado tipo de gasto que não se realizaria (e empregando pessoas e equipamentos que não se empregariam) se trabalhássemos ininterruptamente. É para mostrar que isto é importante se presta o simpático italiano com o qual começamos o artigo.

Resta aos economistas fazermos a nossa parte e criarmos um novo campo para estudos dentro da profissão.

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

*"O campo do entretenimento não se presta facilmente à modelagem, em função da presença maciça de custos de transação e de economias de escala e de escopo"*

nimento a promoção do contato humano não mercantil é um objetivo maior da maior parte dos empreendimentos.

Uma atividade mercantil como uma boate só funciona se conseguir promover o convívio e a 'azaração' gratuitos entre seus freqüentadores - por qual outra razão alguém pagaria um bom dinheiro para ficar numa cova barulhenta e enfumaçada, tomando

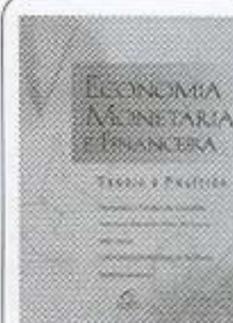
- *A Ordem do Progresso*. Abreu, M.P. - De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Avaliação Econômica de Projetos*. Buarque, C. - De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *História do Pensamento Econômico*. Hunt, E. - De: R\$ 59,00 Por: R\$ 41,30
- *Contabilidade Social*. Feijó - De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 95,00 Por: R\$ 66,50

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h. Tel: (0xx21) 2232-8178



Economia Monetária e Financeira - Teoria e Política  
Vários autores  
De: R\$ 55,50  
Por: R\$ 38,50

- *Finanças Públicas - Teoria e Prática*. Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 49,00 Por: R\$ 34,30
- *Nada é Tudo*. Giannetti, E. - De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*. Blanchard, O.J. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*. Gonçalves, R. De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93

# A ALCA não interessa a um Brasil democrático

Fátima V. Mello\*

Seguindo as pegadas de Seattle, Praga, Washington e tantas outras manifestações anti-globalização, os que foram às ruas de Québec deixaram claro que a ALCA não tem legitimidade e não serve aos interesses das maiorias

A recente Cúpula de Chefes de Estado das Américas, realizada em Québec, foi a caricatura mais fiel da forma como as negociações para a constituição da ALCA estão avançando. A completa dissociação e ruptura entre os acordos realizados na reunião governamental e as aspirações de organizações sociais, sindicais, ambientais, indígenas, de jovens e de mulheres foram materializadas pela construção de um muro, que logo ficou conhecido como Muro da Vergonha.

No Brasil, não têm sido poucos os atores que estão apreensivos em relação aos impactos que resultarão da ALCA. Não apenas os movimentos sociais e sindicais, mas também parlamentares, empresários e até mesmo setores do poder executivo têm afirmado que, do ponto de vista econômico-comercial, a ALCA é um péssimo negócio para o Brasil.

Em um esquema de remoção de barreiras tarifárias (ainda há grandes incógnitas sobre a remoção das não-tarifárias), as vantagens comparativas do Brasil estariam situadas precisamente em nossos baixos salários, na abundância de recursos naturais em meio à ausência de regulação ambiental e nos baixos padrões de direitos sociais e trabalhistas.

Sem ouvir o que diz a sociedade brasileira, a diplomacia segue

restringindo sua estratégia à tentativa de ampliação do acesso ao mercado norte-americano para alguns produtos específicos (açúcar, suco de laranja, têxteis, calçados), o que eventualmente poderia produzir alguns ganhos limitados para estes setores, enquanto os Estados Unidos apostam em uma ainda maior ampliação de suas empresas globais, abrangendo serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, entre outros interesses.

## O QUE ESTÁ EM JOGO NA ALCA

Ao contrário do que dizem os diplomatas brasileiros, a ALCA não se restringe a um acordo de liberalização comercial. O que está em jogo são as relações de poder e

a consolidação da hegemonia norte-americana no hemisfério e, a partir das Américas, a sua hegemonia global.

A leitura do texto do Grupo de Negociação sobre Investimentos – que vem a ser o único texto a que se tem acesso até hoje, por

mérito de uma ONG que o conseguiu capturar, apesar das promessas dos governos, feitas em Buenos Aires e Québec, de tornar públicos os documentos de todos os Grupos de Negociação – não deixa dúvidas sobre isso.

Embora grande parte do texto encontre-se entre colchetes, o que indica a falta de acordo entre os

governos sobre quase todos os temas, os princípios e a essência nele presentes são claros. Está em negociação, por exemplo, a criação de mecanismos de solução de controvérsias em tribunais internacionais que concedem ao investidor estrangeiro o direito de passar por cima das legislações nacionais – algo muito similar ao que estava previsto no tão temido Acordo Multilateral de Investimentos (AMI).

A Aliança Social Continental, que reúne organizações sociais e sindicais que visam lutar contra a ALCA, elaborou recentemente uma análise do do-

cumento negociador sobre investimentos, onde afirma que “estes mecanismos (de solução de controvérsias) outorgam às corporações estrangeiras direitos especiais para o uso da arbitragem internacional em forma secreta e à margem de verdadeiros controles públicos.”

“Desta maneira”, prossegue o texto, “o hemisfério corre o risco de que, como no NAFTA, se derrubem de fato leis e regulações nacionais erguidas através de anos de processos democráticos.”

Além destes mecanismos, estão presentes no texto, entre outros, o princípio do trato nacional, que obriga os países membros da ALCA a concederem tratamento igual para empresas locais/nacionais e estrangeiras, e a tendência de que não se permita aos governos exercerem controles sobre os movimentos de capitais<sup>1</sup>.

A ALCA, portanto, pertence a um reino e a uma categoria que tem sido pouco utilizada ultimamente, mas que é bastante atual: o imperialismo. Ela diz respeito a uma nova governabilidade, onde os Estados Nacionais cedem sua soberania ao capital, aos investidores privados e, sobretudo, aos Estados Unidos.

Se observarmos a ALCA a partir desta dimensão do poder, veremos que o debate, por exemplo, sobre a utilidade ou não do Mercosul como mecanismo que produz poucas vantagens comerciais ao

Brasil deve ser colocado em um plano secundário.

O fortalecimento do Mercosul, desde que seja reorientado a partir de projetos nacionais de desenvolvimento que possam ser ancorados em complementariedades e parcerias sub-regionais, pode ser benéfico para a sociedade, a economia e para uma inserção mais soberana dos países do Cone Sul no jogo de poder internacional.

Isso obviamente depende da capacidade das forças democráticas construírem projetos nacionais de natureza oposta à situação atual, e de saírem vitoriosas das urnas.

\* Historiadora, assessora da Área de Relações Internacionais da FASE. A FASE é membro da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos/REBRIP.

<sup>1</sup> A análise do texto do Grupo de Negociação sobre Investimentos pode ser encontrada na página web da Aliança Social Continental: <http://www.asc-hsa.org>.

*"O hemisfério corre o risco de que, como no NAFTA, se derrubem de fato leis e regulações nacionais erguidas através de anos de processos democráticos"*

## Conteúdo, método e linguagem no ensino de Economia

# Onde estão os excessos?

Juan Pablo Paineira \*

Marcelo Dias Carcanholo \*\*

O debate sobre o ensino de Economia e os excessos ou não dos conteúdos de fundamentação da Matemática nos currículos é mantido nesta edição. Este artigo busca debater o uso da Matemática e o instrumentalismo desta ciência no ensino da Economia

O retorno ao debate sobre o ensino de economia é sempre salutar para uma melhor compreensão do papel da ciência econômica, e para explicitar as recorrentes controvérsias sobre as formas adequadas de seu ensino. Somente estes aspectos já definiriam o caráter oportuno do texto "O ensino de Economia em debate", publicado no nº 142 do JE. Aceitando o convite ao debate, discutimos alguns temas suscitados pelo texto.

No sentido de contribuir para o debate inaugurado pelo artigo, pretendemos esmiuçar questões relativas aos problemas que provém do uso da linguagem (no caso específico, a matemática), das questões que o conteúdo (objeto) de determinada ciência gera. Ou seja, a confusão de questões relacionadas ao "esquema analítico" com as do conteúdo programático, cometendo algo similar ao que alguns autores denominam falácia lingüística.

A confusão entre linguagem e conteúdo implica pelo menos dois tipos de erros. Em primeiro lugar, a linguagem matemática, apesar de suas limitações intrínsecas, não tem responsabilidade pelo uso que se faz dela a partir de um determinado conteúdo programático, seja este qual for. Em segundo lugar, o fato de percebermos a limitação de uma linguagem qualquer na análise de um objeto como a realidade social, não implica afirmar que a nossa incapacidade de entender os problemas existentes na realidade social seja imputada à utilização maciça da linguagem matemática ou de qualquer outra.

Contudo, mais importante do que isto é que, ao perceber as limi-

tações do instrumental matemático, critica-se este último, ao invés de criticar, em primeira instância, o instrumentalismo<sup>1</sup> e, em segunda instância, a perspectiva econômica convencional que nele se funda. Isto pode ser percebido quando um manifesto dos estudantes franceses de economia afirma que o instrumental matemático "tornou-se um fim em si mesmo, e nós não queremos estudar essa ciência autista que tentam agora nos impor" (Gazeta Mercantil, 20/21 de janeiro de 2001).

Esta última crítica percebe que, dentro de uma visão instrumentalista, para o entendimento do objeto faz-se necessário um domínio profundo do instrumental matemático. Porém, não percebe a relação existente entre método, linguagem e objeto, na medida em que a crítica ao método instrumentalista se restringe ao rechaço do ensino desmesurado da linguagem matemática.

### CONTEÚDO E LINGUAGEM

Então, se um instrumento não pode ser responsabilizado pelo uso que dele faz o método (instrumentalismo), a matemática (linguagem), por buscar estabelecer relações quantitativas entre variáveis específicas, cujas conexões nem sempre são verdadeiras - e talvez seja esta sua principal limitação, não é responsável pelas análises qualitativas que se faz dessas relações. A questão crucial, portanto, é como e em que momento são feitas as análises qualitativas?

A perspectiva defendida pela professora Hildete Pereira de Melo constitui uma crítica ao uso excessivo do instrumental matemático

na ciência econômica, que, a nosso ver, parte de uma inversão metodológica, logicamente antecedente à própria crítica, referente à confusão entre conteúdo e linguagem. Isto porque, ao invés de partir do objeto (realidade social) para só então definir o melhor método e quais instrumentos de análise são apropriados para melhor expressar e dar conta das características e problemas subjacentes a esse objeto, faz o inverso: critica o uso da matemática pelo fato dela não dar conta da realidade social.

### PLURALIDADE OU CERCEAMENTO

Um outro ponto que se deve destacar é a diferença que existe entre a defesa de um ensino plural da ciência econômica e a defesa de uma pluralidade instrumental, ainda que implícita. A primeira procura negar o cerceamento teórico, isto é, clama pelo ensino das mais diversas concepções (teorias) a respeito da realidade econômica.

Este clamor pela pluralidade teórica no ensino não pode ser confundido em nenhuma hipótese com uma defesa da pluralidade instrumental, onde o que está em jogo é a negação (ou não) de um determinado instrumental, ou melhor, a identificação de seus limites.

Sendo assim, a questão não estaria resolvida apenas por uma hipotética aceitação de vários instrumentos (história, instituições, etc.), por mais defensáveis que eles sejam, mas passaria pelo questionamento não só do método instrumentalista de análise, mas também da teoria econômica hegemônica.

Uma outra questão levantada é a já disseminada necessidade de validarmos uma determinada teoria pela sua adequação ou não com os fatos. Se aceitássemos a idéia de que o uso diligente dos instrumentos analíticos, seja matemático, histórico ou institucional, fosse condição, não só necessária, mas também suficiente, de uma resposta satisfatória para o entendimento da realidade social, então a validação da teoria estaria garantida de antemão, independentemente dos fatos, já que o método analítico traz consigo não só as hipóteses relevantes bem como o recorte empírico adequado.

Portanto, mesmo de um outro ponto de vista, a compreensão precisa do objeto requer que conheçamos o processo de constituição e as características intrínsecas do objeto (mundo "real"), que independem do método escolhido pelo teórico (sujeito).

A discussão destes pontos não nega o fato de que o ensino da economia tenha que propiciar aos seus praticantes os instrumentos e métodos adequados. Mas ela ambiciona mostrar que esse mesmo ensino deve, em primeiro lugar, ser capaz de reflexionar sobre o seu objeto, a realidade social. Pois, este é o papel da ciência. Ou não?

\* Mestre pelo IE-UFRJ.

\*\* Professor do IE-UFU e doutorando do IE-UFRJ.

<sup>1</sup> O método instrumentalista, no qual o ceticismo é elemento fundante, pode ser caracterizado pela busca de compreensão da realidade somente pelas regularidades factuais e pelo fato da capacidade de predição de uma teoria ser o principal requisito para sua validação.

# A dívida carioca em xeque

**Prefeitura quer renegociar acordo feito por Conde, pelo qual terá de pagar R\$ 1 bilhão até abril de 2002, sob pena de ter a taxa que é cobrada nos juros da sua dívida aumentada de 6% para 9% ao ano**

Um novo processo de renegociação da dívida municipal do Rio de Janeiro com a União foi aberto pela Prefeitura, ao encaminhar à Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 114/2001. O atual acordo obriga a prefeitura a pagar até abril de 2002 o equivalente a 20% do valor total da dívida, além dos juros do período. Caso contrário, haverá um aumento da taxa de juros dos atuais 6% para 9% a.a.

Na Prestação de Contas de 2000 (D.O. de 12 de abril de 2001), a dívida, em 31/12/00, alcançava R\$ 4,7 bilhões. Considerando estas cláusulas estimamos que o desembolso a ser pago gira

em torno de R\$ 1 bilhão. Segundo o prefeito César Maia, a renegociação é necessária para garantir a saúde financeira do município e evitar com isso que os serviços públicos essenciais para o bem estar da população sejam prejudicados.

O acordo foi feito na gestão do ex-prefeito Luiz Paulo Conde, um dos primeiros a negociar com a União, sendo depois modificado para o formato acima, através de medida provisória devido à pressão de outros municípios, que não aceitaram as primeiras condicionantes e conseguiram cláusulas mais favoráveis. Desse processo o muni-

cípio do Rio também se aproveitou. Contudo, deve-se apontar que o crescimento da dívida ocorreu principalmente a partir da primeira gestão do atual prefeito César Maia, levada pela alta dos juros a que estava vinculada (a taxa Selic).

## CARTILHA NEOLIBERAL

Uma das hipóteses para a compensação da parcela da dívida, proposta no Projeto de Lei nº 114/2001, é a transferência à União do Centro Internacional Riotur S/A (Riocentro) e do Autódromo Internacional Nelson Piquet, como garantias de pagamento e/ou a utilização dos débi-

tos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) da União com a Prefeitura. Esta política, de venda do patrimônio público para o pagamento de dívidas, segue a "cartilha" neoliberal do governo federal.

Cabe ressaltar, que o Projeto referente à renegociação encontra um empecilho para o seu êxito no art. 35, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda esse tipo de renegociação da dívida entre as esferas governamentais. No momento, ele se encontra "parado" na Comissão de Justiça e Redação, desde 22 de março último, à espera de uma definição.

## Democratizando o Orçamento do Rio

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2002 está previsto o início de um processo de participação coletiva na construção do Orçamento Municipal, cujo artigo 32 determina que na proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, em 30/09/01, conste projetos decorrentes de discussões da população, gerando assim um processo de orçamento participativo.

Além disso, as propostas oriundas do processo serão especificadas e incorporadas na proposta do Executivo. O valor destinado ao processo de O.P. será de 5% do somatório das estimativas da receita tributária e das transferências previstas para 2002, o que se estima seja algo em torno de R\$ 150 milhões.

Este artigo, aliás, é fruto das discussões entre a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal e o Fórum Popular do Orçamento do RJ.

## PPA do Rio está em debate

Estamos estudando o Plano Plurianual carioca. Através do Projeto de Lei Nº 326/2001, o Rio de Janeiro começa a debater o seu PPA, que será aplicado durante o quadriênio 2002/2005.

O propósito do PPA é traduzir as diretrizes e objetivos do governo, demonstrando as aplicações dos recursos públicos no médio prazo, e garantir a continuidade da Administração Pública independentemente do mandato do governante de plantão.

O PPA e os conseqüentes relatórios anuais de acompanhamento da execução dos programas facilitarão o estabelecimento de prioridades e metas para o exercício seguinte, assim como permitirão um melhor controle e planejamento das ações governamentais.

*A Equipe do Fórum de Orçamento do Corecon-RJ de Paula Mota, Fernanda Oberlaender e Renato Elman, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken.*

**CORECON:** Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel. (21) 2232-8178 - Fax (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br • Portal: <http://www.economistas.com.br> • Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

## ABRE ASPAS

**Biopirataria - A pilhagem da natureza e do conhecimento**, de Vandana Shiva - Ed. Vozes/Petrópolis-2001

O livro aborda um grande número de tópicos, mas há nele três conjuntos de teses que funcionam como elementos estruturantes de toda abordagem. O primeiro diz respeito ao processo de mercantilização da vida; o segundo ao domínio da filosofia da ciência, com a crítica à ciência moderna dirigida e o seu reducionismo empobrecedor da realidade; e o terceiro tem por referência a agroecologia.

Informações: [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br)

**Capitalismo histórico & civilização capitalista**, de Immanuel Wallerstein - Edison - Contraponto/2001

No livro o autor resume as idéias centrais de sua obra *The Modern World System*. Sua análise é histórica e ele realiza uma anatomia do capitalismo ao longo de cinco séculos, enfatizando a formação e o desenvolvimento de uma economia-mundo, voltada para a acumulação de capital e articulada em torno de cadeias mercantis hierarquicamente organizadas.

Informações: (21) 2544-0206



**Relatório Econômico - O Novo Perfil do Sistema Financeiro**, publicação da ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) - Ano 2001

O livro procura identificar algumas tendências que provavelmente moldarão o desempenho das Instituições Financeiras a curto e médio prazo. Analisa a evolução recente do sistema financeiro no mundo e no Brasil, o novo perfil das instituições financeiras e a regulação e supervisão financeiras.

Informações adicionais: [comerc@andima.com.br](mailto:comerc@andima.com.br)

# Debates sobre a economia brasileira marcarão os 50 anos da profissão

O cinquentenário da profissão de economista será comemorado com uma série de debates nas universidades do Rio, a partir do dia 13 de agosto - Dia do Economista

Os 50 anos da regulamentação da profissão serão comemorados com uma série de debates promovidos pelas entidades de economistas do Rio - Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ), Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), Sindicato dos Economistas e Conselho Federal de Economia (Cofecon).

A abertura será 13 de agosto, Dia do Economista, a partir das 10h, no auditório do 11º da Universidade Candido Mendes, no Centro. O primeiro debate será sobre "Projetos alternativos para o Brasil" e reunirá Ricardo Carneiro, da Unicamp (um dos autores do documento "Um outro Brasil é possível", divulgado pelo Instituto de Cidadania), Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, João Paulo de Almeida Magalhães, do Corecon-RJ, e Ronaldo Rangel, presidente do Conselho.

O segundo debate vai ocorrer no dia 15, a partir das 19h, no auditório da Universidade Fede-



## Projetos alternativos para o Brasil - 13 de agosto, às 10 horas

Participantes: Prof. Ricardo Carneiro (IE-Unicamp); Prof. Reinaldo Gonçalves (IE-UFRJ); Prof. João Paulo de Almeida Magalhães (Corecon-RJ) e Prof. Ronaldo Raemy Rangel (Presidente do Corecon-RJ - moderador)

## Emprego e renda: novos caminhos - 15 de agosto, às 19 horas

Participantes: Prof. Ricardo Henriques (IPEA-UFF); Prof. Cláudio Salm (Presidente do IERJ); Jornalista José Carlos de Assis e Profa. Hildete Pereira de Melo (Corecon-RJ / IERJ / UFF - moderadora)

## A encruzilhada fiscal - 22 de agosto, às 12 horas

Participantes: Prof. Décio Garcia Munhoz (UNB); Prof. Franklin Serrano (UFRJ) e S. Pascotto (Sindeccon-RJ / Corecon-RJ - moderador)

## Os dilemas da questão externa - 29 de agosto, às 19 horas

Participantes: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Prof. Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ) e Paulo Sérgio Souto (Corecon-RJ / Sindeccon-RJ - moderador)

ral Fluminense (Rua Tiradentes, 17, Ingá / Niterói). O tema será "Emprego e renda: novos caminhos", com os economistas Ricardo Henriques, do Ipea, Cláudio Salm, presidente do IERJ, Hildete Pereira de Melo, da UFF, e o jornalista José Carlos de Assis.

No auditório da UFRJ no campus da Praia Vermelha, na Urca, será realizado o terceiro debate da série comemorativa dos 50 anos da profissão, no dia 22 de agosto, ao meio-dia. Reunirá os economistas Décio Garcia Munhoz, da UnB, Franklin Serrano, da UFRJ, e S. Pascotto, do Sindeccon, que vão debater o tema "A encruzilhada fiscal".

O encerramento será no dia 29 de agosto, no campus da UERJ, no Maracanã, no auditório 11 do Bloco F (1º andar), com a presença do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do Itamaraty, Luiz Carlos Delorme Prado, da UFRJ, e Paulo Passarinho, do Corecon-RJ.

**JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ**  
CORECON-RJ - SINDECÓN-RJ - IERJ

PORTE PAGO  
DR/RJ  
PRT 0735/2000

